

“A construção do olhar e a ilusão de profundidade: a paisagem como escritura e como cenário” - Leonardo Civale

Introdução

“A paisagem pode ser definida como um território produzido e praticado pelas sociedades humanas, por motivos que são, ao mesmo tempo, econômicos, políticos e culturais [...] Efetivamente, nessa perspectiva, o valor paisagístico de um lugar não é considerado unicamente do ponto de vista estético (embora também o seja), é considerado mais em relação com a soma das experimentações, dos costumes, das práticas desenvolvidos por um grupo humano nesse lugar. [...] A paisagem seria como um tipo de geografia objetiva, uma escrita na superfície da Terra, produto nem sempre consciente nem intencional (mas também pode ser) das atividades humanas.” (BESSE, 2014, 27, 28)

Sobre o conceito de paisagem

O conceito de paisagem foi fundamental para a geografia tradicional, desde a sua sistematização como uma das ciências positivas que emergiram no cenário europeu ao final do século XIX até, pelo menos, a Segunda Guerra Mundial. Geógrafos alemães, franceses, sobretudo, mas também americanos, recorreriam à noção de paisagem, fosse esta natural ou geográfica/cultural, pelo fato do conceito se apresentar como um valor heurístico para se explicar as diferenças entre os lugares da Terra. O conceito de paisagem, portanto, foi seminal na geografia, uma vez que, em duplo movimento, garantia a cientificidade para a ciência geográfica e, ao mesmo tempo, fornecia uma explicação científica que dava conta das diferenças entre os lugares e os homens no planeta. Em outras palavras, o conceito de paisagem, como categoria de análise, singularizava a geografia, como a ciência dos lugares, entre as ciências nascidas na segunda metade do século XIX e, garantia uma base epistemológica para a ciência geográfica.

É possível identificar a gênese do conceito de paisagem no Ocidente à época do Renascimento italiano, como forma de representação e traçar a genealogia do conceito até a sua incorporação, já como categoria de análise, na geografia no final do século XIX e início do século XX. No entanto, mais importante que a genealogia do conceito de paisagem, é a sua transformação em categoria de análise, nas duas últimas décadas do século XIX pela incipiente ciência geográfica. Certamente, o conceito de paisagem como categoria de análise, associado aos conceitos de região e território, garantiria o arcabouço teórico da geografia.

O conceito de paisagem viria a ser fundamental para a ordenação e classificação de partes ambientalmente homogêneas e sua posterior descrição enquanto paisagens naturais.

Todavia, o mais importante tanto para a geografia *stritu sensu*, como para a ciência em geral residia no fato do conceito abarcar a ideia de paisagem cultural ou geográfica. A paisagem geográfica ou cultural, que seria o resultado da capacidade de adaptação do homem a um ambiente natural específico representava uma espécie de salto quântico, para a ciência geográfica. Se o conceito de paisagem era o pedágio que a geografia pagava à biologia evolutiva, a ideia de paisagem geográfica seria o passaporte da geografia para o círculo das ciências humanas. Estas últimas, filhas diletas do pensamento neokantiano do final do século XIX. Além disso, certamente, o conceito de adaptação surgiu na biologia evolutiva como explicação científica para a dispersão das espécies na superfície do planeta, porém, seria na geografia que a ideia de adaptação propiciaria uma nova interpretação sobre a diferença entre os lugares. Seria, portanto, na geografia que a ideia de adaptação poderia ser mobilizada para se obter a explicação causal para a multiplicidade de culturas espalhadas pelos diferentes ambientes. No caso específico da geografia, o conceito de adaptação estaria estreitamente relacionado com o equipamento cultural singular de cada grupo social humano. Em outras palavras conceitos como, adaptação, paisagem e cultura propiciavam à geografia a explicação para as diferenças entre as sociedades humanas e seus respectivos ambientes. A paisagem cultural seria o cenário e o palco em cuja materialidade as sociedades humanas viveriam a sua existência.

As incontáveis sociedades humanas que, até o período histórico em questão, produziam e se reproduziam com base em atividades agrícolas e/ou na criação de animais serviriam, então, perfeitamente, de objeto para a ciência geográfica. Uma ciência que se caracterizava por um lado, por se ancorar no conceito de adaptação como categoria explicativa e, por outro, pela descrição densa das inúmeras relações entre as sociedades humanas e os variados ambientes naturais. Visto por este prima, a ciência geográfica tinha o seu lugar e, diga-se de passagem, era um lugar seminal entre as ciências positivas das duas últimas décadas do século XIX. O lugar da geografia seria, então, explicar a multiplicidade de paisagens naturais e culturais espalhadas pela superfície terrestre.

O surgimento da geografia enquanto saber específico coincidiria com um profundo desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, uma transformação espetacular na superfície do planeta provocada pela expansão sem precedentes na atividade industrial. O mundo que até então se mostrava ao conhecimento geográfico e, por este, era revelado, ainda que impactado pela primeira Revolução Industrial, era composto basicamente por sociedades agrárias ou pastoris. A ciência geográfica cumpriu, portanto, com sucesso o seu papel de descrever de forma densa as diferentes regiões e paisagens da Terra, justamente porque estas tinham sido pouco ou nada afetadas pelos impactos da revolução industrial, ainda concentrada em terras britânicas.

No entanto, o desenvolvimento industrial ao final do século XIX e início do século XX, denominado por alguns autores de Segunda Revolução Industrial, do qual a geografia seria contemporânea, tornaria mais e mais complexas as explicações causais, uma vez que a expansão da economia capitalista estava em vias de unificar definitivamente os distantes mercados da Terra.

A industrialização galopante do início do século XX transformaria de maneira impressionante regiões inteiras da Europa Ocidental, Estados Unidos, Rússia e Japão e viria a causar um impacto monumental no uso conceitual na categoria paisagem no horizonte explicativo da geografia. Os violentos impactos de uma economia industrializada nas paisagens urbanas e rurais inglesas, berço da primeira industrialização pouco atingiram as regiões e as paisagens francesas e alemãs. Agora, no entanto, os impactos da industrialização se espalhavam por uma parte significativa da Europa Ocidental, sobretudo a França, a Alemanha, a Bélgica e o norte da Itália.

A crise interna da geografia, em outras palavras, a crise epistemológica que se fazia presente em um período anterior à Segunda Guerra Mundial, com a crítica de Schaeffer ao caráter excepcional da geografia, se institucionalizaria com a expansão de uma geografia teórica e quantitativa. Quanto à realidade espaço temporal, o objeto da geografia, as paisagens industriais, antes restritas a Europa, Estados Unidos, Rússia e Japão, se multiplicavam por boa parte do planeta. As paisagens industriais levariam, portanto, os geógrafos de então a se questionar sobre o conceito de paisagem enquanto categoria explicativa, uma vez que, a julgar pela velocidade e voracidade da industrialização, as paisagens pareciam tender a homogeneidade. A velocidade e os impactos da industrialização reproduziriam, como cogumelos depois da chuva, cenários em ruínas em uma escala planetária.

A necessidade de revelar os mecanismos intrínsecos da economia capitalista e o desafio de construir uma teoria explicativa ante a uma realidade industrial cada vez mais complexa, obrigaria os geógrafos a praticamente abandonarem o conceito de paisagem. Pela sua própria natureza, o conceito de paisagem, herdeiro do conceito renascentista de representação, privilegiava um ponto de fuga do observador e, evidentemente, uma perspectiva geral. Visto por esse prisma, o conceito de paisagem se tornara um instrumento inadequado para a compreensão da realidade. Seria como investigar o mundo dos microrganismos fazendo uso de uma lente de aumento. Frente à dificuldade que a complexa realidade da economia capitalista impunha os conceitos de paisagem, lugar, ou até o conceito região geográfica - visto que mesmo esta parecia sucumbir ante a uma escala mundial de circulação de trabalhadores, produtos e capitais - ficariam relegado a um segundo plano. A economia-mundo, que pela primeira vez integrava em escala do planeta as regiões produtoras e as consumidoras, demandaria um conceito que pudesse reconstruir as complexas relações de produção e distribuição da economia capitalista em um espaço mundial.

No auge do período de expansão da economia industrial, período esse que se confundiria com aquilo que se convencionou denominar de industrialização dos países periféricos, ou ainda, industrialização tardia, os geógrafos perceberam que os espaços da produção e do consumo se relacionavam entre si, produzindo um espaço mundial desigual e combinado. Essa abordagem dispensa comentários, no que diz respeito à sua eficiência para desvelar as estruturas de expansão, controle e reprodução da economia capitalista. Era possível identificar os fluxos da economia mundial, as redes geográficas e o aparecimento de cidades globais. Até mesmo as imensas transformações nos diferentes lugares saltavam aos olhos nessa perspectiva teórica e metodológica. Todavia, as singularidades que geravam uma paisagem cultural única nos diferentes locais ficavam relegadas a um segundo plano. Questões fundamentais da história local permaneciam invisíveis, solapadas por uma visão que privilegia as estruturas. As violentas transformações eram subalternizadas ante aos fluxos do circuito da economia internacional. Em outras palavras, escapava à análise estrutural, talvez pela ênfase dada às relações de produção na economia capitalista, a dimensão simbólica do processo, que gerava uma miríade de lugares, regiões e paisagens produzidas e reproduzidas nos diferentes lugares, ainda que estes locais estivessem dialeticamente integrados.

Ao privilegiar as estruturas de reprodução, dominação e controle do capital e processo de modernização desigual e combinada das economias capitalistas, tal perspectiva deixava escapar, como água correndo entre os dedos, aquilo fazia dos lugares e das paisagens locais realidades únicas e irredutíveis. Some-se a isso, a crítica internalista da ciência geográfica que, alinhada à ordem do discurso científico lógico positivista do pós-guerra, identificava no conceito de paisagem uma categoria de análise apoiada pelas noções de particularidade, excepcionalidade e singularidade. Portanto, se levarmos em consideração o discurso científico hegemônico da época a geografia careceria de cientificidade justamente pela excepcionalidade das suas categorias de análise.

Mudam os cenários, muda a geografia.

A industrialização de partes significativas do planeta no pós-guerra causaria um impacto monumental na utilização nos conceitos tradicionais da geografia. A produção de uma economia industrializada seria responsável pela construção de paisagens, lugares e regiões distintas, porém integradas. O espaço da produção e o espaço do consumo pareciam se assemelhar de maneira a não mais ser possível identificar as diferenças entres eles. Para os geógrafos do pós-guerra fossem estes, neo- positivistas ou marxistas-estruturalistas as paisagens estavam condenadas ao desaparecimento em virtude da voracidade da economia capitalista.

A partir dos anos 80 do século XX, a complexidade de uma economia capitalista de abrangência mundial iria produzir um novo cenário e reproduzir novos

problemas. A velocidade de produção e consumo, características da segunda metade do século XX projetaria incertezas quanto ao futuro de paisagens tradicionais historicamente construídas, mas, sobretudo, geraria um sentimento de esvaziamento e de perda em parcelas significativas da população. O vácuo produzido pelo ritmo acelerado da economia capitalista, que progressivamente se globalizava, seria preenchido pelo reforço de preservação da memória e por uma noção de pertencimento. Portanto, diante desse fenômeno cultural de valorização da memória, do pertencimento e de bens históricos, não seria de se estranhar o retorno de algumas categorias de análise tradicionais, ainda que revistas por uma leitura contemporânea. As circunstâncias históricas e culturais do mundo contemporâneo foram, portanto, as responsáveis pelo retorno de alguns conceitos, embora em outras bases, para a reflexão da geografia.

A complexidade desses problemas que apareceriam, sobretudo, na periferia do sistema capitalista, mas também em regiões centrais, exigiria outra metodologia e um maior investimento em teoria. Problemas muito mais complexos pediriam, por sua vez, uma abordagem mais acurada das realidades locais. Era necessário, um discurso científico que frente aos novos problemas elaboraria novas abordagens e que, embora reconhecesse o amadurecimento de uma economia capitalista em escala mundial e seus impactos planetários, se ocupasse igualmente das distinções produzidas simbolicamente nos diferentes locais. Em outras palavras, as novas formas de abordagem e interpretação deveriam levar em conta, não apenas a mundialização da forma industrial de se produzir, hegemônica nos últimos duzentos ou duzentos e cinquenta anos, mas também as respostas simbólicas dos incontáveis matizes culturais espalhados pelo planeta.

As novas abordagens permitiriam perceber que as paisagens geográficas e, sobretudo, as paisagens urbanas estavam passando por um violento processo de transformação. Ruas, bairros, regiões portuárias e, porque não dizer, cidades inteiras adquiriam novas funções e passavam por um processo de ressignificação. Até mesmo as ditas paisagens naturais praticamente condenadas a desaparecer ante a voracidade da industrialização e da sociedade de consumo sofreriam o impacto e estavam sujeitas ao mesmo processo de ressignificação.

As paisagens geográficas são o resultado das diferentes respostas culturais locais à escala planetária da economia capitalista, pois tanto as paisagens rurais como as paisagens urbanas vão sofrer transformações radicais com o processo de globalização ainda em curso. São essas paisagens, resultado, não de uma cultura homogênea, mas, sobretudo, de um dramático conflito de classes no interior de cada cultura local que, por hora, se mostram um interessante objeto de estudo para a geografia.

Nas duas últimas décadas do século XX e início do século XXI, a ciência geográfica já tem condição de se debruçar sobre os impactos do processo de globalização espalhados pelos diferentes centros urbanos do planeta. As paisagens urbanas que se encontravam degradadas, após anos de atividades industriais e comerciais passariam por um amplo processo de reconfiguração. Os cenários em ruínas dos antigos centros urbanos, fruto do esgotamento do processo de acumulação primitiva, seriam alvo, seja dos interesses do capital, seja das instituições governamentais, seja de grupos sociais organizados. Os interesses do capital se manifestam pelo interesse em fazer das zonas de obsolescência tábula rasa ou ressignificá-las, transformando-as em locais voltados direcionados para a cultura, o turismo e diversão. As instituições governamentais, desejosas de reverter o processo de obsolescência e degradação urbana, agem e tornam a preservação. Já os grupos organizados, estes primam pela preservação de tudo que represente memória coletiva, ainda que para isso seja preciso reativar a memória de um grupo ou mesmo inventá-la.

As paisagens urbanas, classificadas ou não, como patrimônio histórico e cultural é o resultado de uma ação intencional, direcionada e orquestrada no espaço urbano por interesses distintos. Se essa ação pode ser projetada pela sociedade civil organizada, por instituições governamentais ou, como é mais comum, pelos interesses do capital isso apenas reforça a importância da dimensão simbólica na construção das tais paisagens. Os grupos dominantes optam por reconstruir as paisagens urbanas ditas degradadas levando em consideração os interesses do capital e o narcisismo de memórias coletivas previamente selecionadas. Portanto, a construção, reconstrução ou preservação de paisagens urbanas é, na realidade, um campo aberto, de conflito acirrado, discussão apaixonada e veleidades estéticas entre os diferentes grupos que habitam o mesmo espaço.

Não há como negar dado o caráter histórico e da produção das paisagens urbanas, sobretudo, os interesses intrínsecos da economia de mercado. Todavia, seria virar às costas para o óbvio, não reconhecer a necessidade dessa mesma economia de mercado, de agregar valor simbólico e consumo distintivo às mercadorias dispostas no espaço urbano. No horizonte da modernidade do início do século XXI, as paisagens urbanas, ainda que sejam realidades concretas, são também realidades discursivas e mercadológicas. Não há como esquecer que a paisagem é fruto de decisões humanas de bases racionais e econômicas, é também resultado de decisões políticas e culturalmente orientadas. A paisagem urbana que foi construída e permanece preservada pode ser observada, lida ou interpretada como um território eminentemente humano. Fruto, sobretudo dos interesses econômicos, políticos e culturais dos atores que interpretam o jogo político das cidades. Nesse caso a paisagem urbana deve ser analisada como uma das possibilidades, aquela que os interesses supracitados desenharam no espaço, dentre outras tantas possíveis.

A paisagem urbana se constrói de maneira incontornável enquanto história, na medida em que é produzida por intencionalidades humanas, portanto, ainda que, por ventura, tal ou qual paisagem, possa conter aspectos puramente naturais, a paisagem é inescapavelmente cultural. A paisagem urbana que permanece, ainda que inescapavelmente transitória, é, portanto, o resultado das intrincadas negociações entre os atores que habitam as cidades. Dito de outro modo, a paisagem urbana é o maior artefato cultural produzido pelas sociedades humanas e, portanto, como qualquer artefato humano, mesmo sendo o resultado de interesses conflitantes e comumente representar os desejos das classes mais favorecidas, a paisagem também reflete as experiências estéticas dessas sociedades.

A paisagem urbana memória, a memória e o patrimônio cultural.

Não há como negar que vivemos em uma contemporaneidade marcada pela velocidade. Velocidade na produção de mercadorias, no transporte e no consumo destas. Velocidade na redução de distâncias, na construção de imagens e na produção e circulação da informação. A constatação desse fato deveria produzir uma sensação de aceleração do tempo, uma fuga constante do presente, no entanto, ante a perspectiva de uma crise ambiental catastrófica e a ausência de futuro, a sensação é que o presente se expande e, em uma estratégia discursiva, incorpora inclusive o passado. A velocidade imprimida pela produção e o consumo, característicos da modernidade do final do século XX, gerou uma enorme sensação de perda e de vazio. O vácuo produzido pelo ritmo acelerado do tempo seria preenchido com a noção de pertencimento e, conseqüentemente, identidade.

A sucessão de eventos emblemáticos, que tiveram lugar no país nas três últimas décadas, no que diz respeito à memória ao patrimônio e às paisagens urbanas revela as energias e as forças vitais mobilizadas nesse momento. A memória, impressas na paisagem como uma marca indelével, vem sendo utilizada pelas classes dominantes. Parece que a nossa circunstância histórica de certa maneira vem valorizando sobremaneira o recurso à memória coletiva como um instrumento de ressignificação da paisagem urbana. Apesar da multiplicação das fontes de informação, a sociedade parece dar mais valor a uma mitologia das origens do que ao resultado do trabalho de profissionais que se dedicam a vasculhar a memória e a história.

Diante dos obstáculos para se pensar um futuro cuja utopia da felicidade geral era possível, incorpora-se o passado. Não o passado histórico, o passado que viria à luz como fruto do trabalho dos historiadores, o passado morto e ressuscitado nos arquivos bolorentos, mas o passado idealizado por uma coletividade atônita ante a velocidade das transformações presentes

ou, um passado romantizado pela manipulação pueril e folhetinesca dos meios de comunicação de massa. Esse fenômeno cultural provocou a busca contemporânea obsedada por aquilo que seria uma identidade local e esta, conseqüentemente, atçou as brasas de uma memória coletiva. Desse modo, o período histórico que engloba as últimas décadas do século XX e as duas primeiras do século XXI, trouxe à tona, com importância, cada vez maior, os discurso sobre a memória, o interesse pelas paisagens urbanas decadentes e a luta pelo patrimônio cultural. Uma vez que a memória coletiva é um terreno em conflito e esta pode ser concretizada naquilo que preserva ou apagada naquilo que se destrói na paisagem urbana podemos imaginar o movimento de grupos sociais urbanos na luta pela construção de uma memória coletiva provocou. Tal movimento produziria, conseqüentemente, uma nova visibilidade sobre a paisagem urbana.

Na aurora da modernidade, nas diferentes cidades brasileiras, aquilo que se preservou foi a memória das classes mais favorecidas, cristalizada pelos diferentes processos de tombamento oficial. Não seria, portanto, obra do acaso que os bens preservados no Brasil sejam, majoritariamente, os bens que respondem a uma estética moderna e, aquilo que seria o seu contraponto, os bens que resguardam um passado colonial luso brasileiro. O que foi preservado é o enquadramento de uma memória da sociedade colonial, bem como, os esforços da nação de se ver livre desse passado colonial. Em outras palavras, o sucesso da modernização republicana, os distintos esforços para a superação do atraso, o investimento no moderno justificava a preservação do passado colonial. A ação oficial preservou, portanto, o passado colonial barroco e a estética moderna nas diferentes cidades brasileiras. Evidentemente, não se trata de negar o valor dos bens como herança histórica e cultural, mas considerar que a preservação dos mesmos está atrelada às noções de pertencimento e identidade e, estas são sempre socialmente construídas.

As cidades, portanto, guardam quase que exclusivamente, a memória do passado colonial ou os diferentes projetos de modernização no país ao longo do século XX. Evidentemente, seja no que diz respeito ao passado colonial, seja nas experiências modernas, algumas cidades são privilegiadas em detrimento de outras. Todavia, hoje em dia, ante o crescimento exponencial e mercadológico da atividade turística, uma miríade de cidades brasileiras não importando sua importância, visibilidade ou tamanho se volta para a preservação de locais, logradouros, ruas ou até mesmo bairros inteiro.

A luta pela preservação do passado através de recordações individuais e coletivas parece ter se transformado em um combate que vem sendo travado no seio da contemporaneidade. Seus protagonistas, frequentemente assumem o papel de guardiões da memória, do saber e da identidade e mergulham no passado retórico apenas para sustentar suas posições no presente.

Essa força historicista tem desejado e orientado a preservação, conservação e transmissão do patrimônio cultural comum, de cunho material ou imaterial, de nações,

sociedades ou grupos de pressão. Deste modo, podemos identificar pela ação política de mediadores sociais, mas, sobretudo, pela ação dos órgãos oficiais, uma espécie de obsessão memorialista, cujo objetivo consciente ou não, é a preservação da memória e identidade da comunidade ou da nação. Entretanto, seria muita ingenuidade acreditar que os diferentes grupos que compõem uma sociedade tenham a mesma capacidade de imprimir no espaço seus quadros de memória e, conseqüentemente, suas identidades. Normalmente, os órgãos oficiais e os intelectuais orgânicos tendem a organizar a memória de acordo com os interesses de grupos hegemônicos.

De modo curioso ou compensatório a modernidade teve o condão de abarcar a totalidade do tempo. Até mesmo aqueles que antes olhavam para o futuro, hoje não se cansam de tentar construir e reconstruir o passado. Nesse sentido, o papel exercido pela memória é fundamental no mundo contemporâneo. Esta pode ser construída e reconstruída de acordo com as circunstâncias históricas e os interesses específicos já que o passado não passa de um processo em construção permanente. Portanto, o desaparecimento ou a permanência de tais os quais objetos e práticas no espaço respondem, intrinsecamente, salvo raras exceções, a projetos oficiais ou de interesses específicos de preservação e conservação de uma determinada memória.